



DANIEL
AARÃO
REIS

por Gustavo Alonso
e Eduardo Cesar Maia

Daniel Aarão Reis é um historiador que ousou colocar em prática as teorias rebeldes do séc. XX e, sem perder a crítica, refletir sobre elas. Estudante de Direito dos “anos rebeldes”, foi militante de organização revolucionária, ajudou no sequestro do embaixador americano em ousada e famosa empreitada. Preso e torturado, foi para o exílio em Cuba de onde planejava voltar melhor treinado. Confrontado com a realidade, ousou reformular e repensar os motivos, razões e pontos fracos de sua geração. Ainda no exílio, foi para a França graduar-se em história nos anos de 1970 e tentar compreender melhor os enigmas brasileiros. Lá também fez o mestrado. Com a anistia, voltou ao Brasil depois de experiências curtas

na África. Concursado na Universidade Federal Fluminense desde 1981, Aarão Reis se aposentou no início de 2016, depois de uma longa e exitosa carreira, com vários livros publicados. Ganhou o Prêmio Jabuti pela biografia Prestes: um revolucionário entre dois mundos, lançado pela Companhia das Letras em 2015.

Nesta entrevista, ele reflete sobre as transformações do ensino universitário no Brasil nas últimas décadas, o lugar do discurso ideológico na construção do conhecimento, a importância e a permanência do ensaísmo enquanto gênero de divulgação do saber acadêmico e a falta de integração entre as disciplinas e os pesquisadores do âmbito das humanidades

Quando você iniciou sua carreira docente, em 1981, a universidade era bem diferente da atual. Poderia sintetizar essas diferenças?

Difícil encontrar termos de comparação. Vou falar especificamente do Departamento de História da UFF. Não creio que seja um caso isolado, ao contrário, exprime bem o contexto que vivemos nas últimas décadas. Conhecemos mudanças profundas, positivas e em todos os níveis. As pesquisas ganharam nova consistência e qualidade, o que se exprime no nível alcançado pelo Programa de Pós-Graduação. Na época em que ingressei, os professores doutores eram minoritários no conjunto. Hoje, quase todos são doutores e a grande maioria em dedicação exclusiva. As conexões internacionais eram reduzidas, embora já existentes. Presentemente, tornam-se comuns, beneficiando cursos e pesquisas com seu impacto positivo. Em todo o país, eram raros os cursos de doutorado. Desde fins de 1980, vários foram criados, inclusive o nosso, na UFF, que se tornou um dos melhores do país. O que faz a força e a importância das pesquisas que empreendemos agora é sua diversidade, pluralidade e o fato de termos pesquisa de qualidade em diferentes áreas. Foi um longo caminho, mas os avanços foram substanciais.

Houve também importantes mudanças na composição do corpo discente, de graduação e de pós-graduação. Em primeiro lugar, a fisionomia dos estudantes, em particular na graduação, diversificou-se e se aproximou da realidade do país. Quando comecei, no início dos anos 1980, quase todos os estudantes eram brancos e de classe média. Hoje, a grande maioria é constituída por pardos e negros (o mesmo fenômeno não aparece ainda, não na mesma intensidade, entre os pós-graduandos). O efetivo global dos estudantes também aumentou consideravelmente, em particular na pós-graduação.

Na graduação, efetuamos profunda mudança curricular no início dos anos 1990, extinguindo a rigidez em que se separavam as áreas acadêmicas e estimulando o trabalho conjunto entre professores. Embora a fragmentação e a especialização ainda continuem sendo desafios a serem enfrentados, quase todos os professores do departamento encontram-se hoje agrupados em núcleos ou laboratórios, o que contribui para melhorar as condições de intercâmbio acadêmico.

Também na pós-graduação efetuamos mudanças substanciais nos critérios de admissão e na melhor divisão de áreas de conhecimento.

Na perspectiva das alterações organizacionais internas, desenvolvemos, através de reformas aprovadas em meados

dos anos 1990, o conceito de “área de história”, integrando a chefia departamental com as coordenações de graduação e de pós-graduação, melhorando radicalmente as condições de direção e otimizando o aproveitamento dos recursos humanos e materiais.

Mesmo o corpo de funcionários técnico-administrativos melhorou bastante, embora aí ainda se encontrem muitas deficiências.

Outro aspecto marcante foi a melhoria das condições de trabalho. No início dos anos 1980, eu integrava a área de História Moderna e Contemporânea – numa sala apenas, agrupávamos seis a oito professores. Não havia sequer mesas para todos, não havia telefone nem ar-condicionado, e o equipamento reduzia-se a uma máquina de escrever, velha e quebrada, além de alguns mapas que eram usados para “ilustrar” as aulas. Atualmente, todos os núcleos e laboratórios contam com salas próprias, mesas para todos os professores, computadores e outros recursos (*data-shows* etc.).

Ainda estamos longe do ideal: as bibliotecas, embora melhores, continuam muito deficientes (acervos, funcionários, horários de funcionamento); não há salas suficientes para orientação de estudantes e discussão de pequenos grupos; as conexões com a internet, embora disponíveis, são sujeitas a interrupções eventuais e não há *wi-fi* no *campus* onde estamos localizados.

Em resumo: grandes avanços com lacunas ainda subsistentes, mas a sensação que tenho, observando o que éramos e tínhamos no início dos anos 1980, é a de que houve substanciais mudanças, e para melhor.

O que você pensa do ensaio enquanto gênero acadêmico?

Pesquisa e ensaio não podem e não devem ser incompatíveis, devendo alimentar-se e equilibrar-se mutuamente. Foi o que tentei fazer ao longo da minha vida acadêmica e essa posição tem a ver, evidentemente, com minha trajetória política anterior e posterior ao ingresso na vida acadêmica. A especialização e a erudição não são incompatíveis com a ensaística. Devemos trabalhar para evitar os extremos – a autolimitação estreita à pesquisa direcionada a “fragmentos” do processo histórico, de um lado; e, de outro, as afirmações derivadas do “impressionismo” e do “achismo”. Penso que, nas últimas décadas, os programas de pós-graduação de história foram

protagonistas de um salto de qualidade na pesquisa em nosso campo. Melhoraram as condições, assim, de um ensaísmo embasado em pesquisas concretas, provocador, no bom sentido, do debate. Como diz o provérbio, da discussão nasce a luz. Gosto da boa polêmica, baseada em argumentos, e lamento a ojeriza que a maior parte dos acadêmicos tem ao debate contraditório. Foge-se da discussão como o diabo da cruz. Em bancas e em eventos, privilegia-se, quase sempre, o encontro do seis com a meia dúzia, quando não entre correligionários e amigos. Como se todo o debate conduzisse à invectiva ou à desqualificação do interlocutor. Tenho a convicção de que o intelectual só merece este título quando se pronuncia sobre as questões e problemas da Cidade. Quando se posiciona diante deles, dispondo-se ao contraditório, ao debate, à polêmica esclarecedora.

Como você vê o elo entre academia e editoras comerciais?

Penso que é saudável termos um mercado editorial constituído por instituições públicas – editoras universitárias e agências de fomento – e por instituições privadas – editoras comerciais. Desde os anos 1980, quando comecei a publicar meus trabalhos, recorri a ambos os lados desse mercado. As instituições públicas são fundamentais sobretudo para certos nichos de produção de menos demanda social e para os jovens doutores, promessas de futuro, mas ainda não conhecidos.

Você formou várias gerações de historiadores. É possível fazer uma avaliação geracional de nossos estudantes, seja na pós, seja na graduação?

Em quase 35 anos de trabalho (aposentei-me no início de março do corrente ano), contribuí, na área de História Contemporânea (séculos XIX e XX) para a formação de muitas turmas de estudantes de graduação. Na pós-graduação, supervisionei diariamente dissertações de mestrado e teses de doutorado e, através de seminários de pós-graduação, contribuí também para a formação de mestres e doutores em história.

Na medida em que houve uma ampliação e democratização de nossos cursos, e considerando as insuficiências do ensino médio, sobretudo o proporcionado pelos colégios públicos (com as notáveis exceções do Colégio Pedro II e dos colégios de aplicação), houve uma tendência forte a aumentarem as dificuldades do aprendizado, em particular do aprendizado associado à leitura de textos e de livros, e da expressão escrita do conhecimento adquirido (provas escritas etc.). Essas dificuldades são

potencializadas pelo fato de que, em grande parte, a leitura de textos e de livros continua sendo uma via principal de aquisição de conhecimentos. Por outro lado, as provas escritas, como as que eram feitas em Coimbra no século XIX, continuam sendo a principal, muitas vezes, a única, forma de avaliação de conhecimentos. Essas contradições não têm merecido, a meu ver, um tratamento adequado, nem os professores têm conseguido se adaptar satisfatoriamente aos desafios colocados por elas.

São contradições que afetam a graduação e também, embora em menor medida, a própria pós-graduação. Trata-se de aproveitar melhor os recursos da internet e o potencial proporcionado por eles. Avanços já se registram nessa área, mas seria importante intercambiar experiências, aperfeiçoar o nível dos professores na matéria, dialogar melhor com os estudantes à procura de métodos e experiências que melhor potencializem os novos recursos audiovisuais e suas aplicações pedagógicas, além do melhor aproveitamento do que os estudantes têm de mais característico – e de melhor: a expressão oral e a diversidade e a pluralidade de experiências.

As pós-graduações se tomaram, em grande parte, cursos muito especializados, tomando o saber bastante compartilhado. Como o sr. avalia a especialização acadêmica, principalmente na área de humanidades?

Os campos de conhecimento, em todas as disciplinas, aprofundaram-se de modo exponencial. Ao mesmo tempo, os recursos tecnológicos hoje disponíveis abriram e continuam abrindo vastos horizontes de pesquisa completamente ignorados há muito pouco tempo. Em consequência, reforçaram-se tendências à especialização e à fragmentação. A universidade, enquanto instituição destinada ao intercâmbio, à troca e à universalização de saberes e de experiências, tem deixado muito a desejar.

No âmbito dos institutos, no dos departamentos, e até nas áreas específicas de conhecimento, os intercâmbios ainda são muito insuficientes. Colegas de história moderna ou de história medieval mal sabem o que fazem os colegas de história contemporânea. Mesmo no âmbito de cada uma dessas áreas, a despeito de projetos comuns e do agrupamento de professores e estudantes em laboratórios e núcleos, como observei acima, também são escassos os intercâmbios. Trabalhei durante décadas ao lado de professores de antropologia, de sociologia, de psicologia, de filosofia e de ciência política, mas mal conheci o trabalho deles, e muito pouco discuti com eles. O interessante é que muitos professores e pesquisadores

adquirem conhecimentos de outras áreas, dialogam com elas, aproveitam suas referências em seus trabalhos e suas pesquisas, mas o fazem, como também o fiz, na base do trabalho e de leituras pessoais. Não há, infelizmente, dinâmicas coletivas, integradoras, de disciplinas e de áreas de conhecimento. A desculpa habitual é que “não há tempo”, mas o que falta, de fato, é a capacidade de discernir a importância dessa integração, priorizá-la e programá-la. Essa é um desafio maior no futuro imediato. Estão em jogo os próprios conceitos de Universidade e de Humanidades.

Uma das marcas sociais do ensino de história é de ser um curso muito “ideologizado”. É possível, ou até desejável, perder essa marca? E qual o limite entre a militância e a pesquisa?

O termo “ideologizado” pode assumir diferentes acepções e interpretações.

Se compreendermos o termo num sentido mais estrito, no sentido de que determinadas referências doutrinárias passam a ser largamente predominantes, neutralizando ou mesmo anulando outras, distorcendo ou ignorando evidências em proveito de um “discurso” pronto e acabado, omitindo-se ou desqualificando-se ou ainda demonizando-se abordagens e interpretações que não agradem a, ou não sejam consideradas legítimas por, determinados professores, ou pelo “establishment” oficial, nesses casos cursos “ideologizados” podem ter efeitos empobrecedores e nocivos, sobretudo na medida em que não sejam capazes de estimular o espírito crítico, objetivo maior, em tese, de quaisquer cursos universitários.

No Brasil, sobretudo em épocas ditatoriais, eu penso aqui nos dois períodos ditatoriais do século XX – o Estado Novo (1937-1945) e o da ditadura civil-militar (1964-1979) –, houve tentativas de “ideologizar” o ensino a partir de orientações do Estado. O resultados foram desastrosos, com grave perda de substância para a história como disciplina elaboradora de conhecimentos específicos, baseados em fontes e evidências, e de interpretações críticas a respeito desses conhecimentos.

No momento atual, vivemos um grande embate com incidência sobre essas questões. De um lado, determinados pensadores e políticos de direita, arguindo ou não referências religiosas, tentam apresentar os cursos de história como “ideologizados”, no sentido de que estariam sendo hegemônicos por doutrinas de “esquerda”, em especial, orientadas por referências marxistas ou aparentadas ao marxismo. E tratam de aprovar a chamada “escola sem partido” ou “história sem

“

A verdade é que os chamados “cientistas sociais” não são, e não podem ser, “neutros”. Cultivam valores, consciente ou inconscientemente, e isso tem um impacto certo em suas pesquisas, achados e textos

partido”. Determinados estados da federação, inclusive, pelo que estou informado, já aprovaram legislações nesse sentido, ou seja, tentando estabelecer uma camisa de força para os professores, impedi-los de suscitar discussões ou debates críticos, o que já está provocando enérgica – e saudável – oposição.

A verdade é que os chamados “cientistas sociais” não são, e não podem ser, “neutros”. Cultivam valores, consciente ou inconscientemente, e isso tem um impacto certo em suas pesquisas, achados e textos. A história não fugiria a essa condição, porque se encontra também incluída no campo das “ciências humanas”. Acresce que, em nosso país, essa grande área, a das “ciências humanas”, pelo menos até há muito pouco tempo, tem sido majoritariamente frequentada por pessoas “progressistas” ou declaradamente de esquerda, por mais que a diáde “esquerda/direita”, hoje, encontre-se em questão, por não ser mais capaz de apanhar o conjunto das disputas sociais e políticas em sua complexidade. Além disso, muitos exercitam militância política ou sindical, embora não possamos esquecer que há igualmente professores de centro, de direita e mesmo de extrema-direita. Poder-se-ia deduzir daí que os cursos são necessariamente “ideologizados”? Que sentido o termo poderia assumir?

O desafio é o professor não omitir evidências quando elas não reforçam os seus valores ou/e opções políticas. E também ser capaz de apresentar aos estudantes as interpretações que existem, em sua pluralidade, para os temas apresentados. Finalmente, de esclarecer, quando for o caso, suas próprias opções aos estudantes para que, informados, eles possam ter melhores condições para acionar sua capacidade crítica.

Em suma, dado que a aspiração à “neutralidade”, muito encontrada na historiografia anglo-saxônica, é insuscetível de ser realizada porque, na prática, inexistente. Trata-se de abrir a discussão para que o ensino “doutrinário” – de direita ou de esquerda, “oficial” ou institucional – não iniba ou distorça o conhecimento crítico da história.

Alguns intelectuais de linha conservadora defendem que “a esquerda” veio tomando as instituições “por dentro” no Brasil. Posicionam-se criticamente em relação às ideias de Gramsci, pensador que defendeu a construção de blocos hegemônicos na sociedade civil, especialmente no plano cultural/educacional. Em relação às ciências humanas, há validade nessa tese?

A tese do “domínio” das esquerdas “por dentro” é velha. Desde os anos 1950, as direitas agitam muito esse espantinho. Como já disse, creio que é possível detectar, na maioria do corpo docente das universidades públicas – o mesmo não acontece no universo dos cursos universitários particulares –, uma tendência majoritária “progressista” ou de “esquerda”. Mas isso não quer dizer que esses professores, por serem de esquerda, distorçam ou omitam evidências em benefício de suas opções políticas. Ou que aproveitem sua condição de professores para fazerem pregações doutrinárias, embora o fenômeno exista. Eu não diria, mesmo no que diz respeito à universidade pública, que haja algo próximo ao que se pudesse designar como uma “hegemonia”, mesmo porque, no âmbito da própria esquerda, sempre houve divisões e pluralismo. Aliás, desde há muito tempo, ao me referir ao assunto, emprego sempre o termo no plural – “esquerdas”. A presente ofensiva das direitas políticas e religiosas no sentido de “enquadrar” o ensino da história e das chamadas “ciências humanas” tem um potencial de enrijecimento muito maior, e mais deletério, do que qualquer distorção que se possa atribuir às esquerdas, ou aos professores de esquerda.

De uns anos para cá as direitas vêm ressurgindo, ao menos de forma afirmativa, na sociedade brasileira. No meio desse debate, alguns pensadores vêm assumindo-se como liberais. Durante anos, o liberalismo foi tabu na sociedade brasileira. Como o sr. pensa especificamente o ressurgimento do pensamento liberal no Brasil?

O pensamento liberal no Brasil é muito acanhado. A partir dos anos 1980, com o revigoramento das doutrinas e práticas liberais em todo o mundo, têm aparecido no Brasil publicistas engajados nessa perspectiva. Na academia, no entanto, sobretudo no âmbito da melhor produção acadêmica, o liberalismo continua muito pouco expressivo. Atribuo o fenômeno à força colossal da cultura política nacional-estatista entre nós. Ela atrai e seduz direitas e esquerdas. Tenho a impressão que o Brasil, a Rússia e a China serão baluartes, a longo prazo, do nacional-estatismo. O liberalismo, para aparecer de modo consistente nestas plagas, terá que fazer um esforço dobrado. Ou triplicado. E nada indica que terá muito êxito, pelo menos num futuro próximo.

Algumas pautas atuais (direitos das mulheres, aborto, direitos dos homossexuais etc.) podem ser vistas como possíveis dentro de um pensamento de matriz liberal, ou seja, de liberdade das individualidades. No entanto, grande parte dessas pautas foi incorporada pelas esquerdas, sem que uma relativização do liberalismo fosse feita. É possível um liberalismo de esquerda no Brasil?

O pensamento socialista não é, por definição, oposto às liberdades individuais. No século XIX, socialistas de diversas orientações foram campeões das liberdades e da extensão delas ao conjunto da sociedade. Recordemos que o Dia Internacional da Mulher, o 8 de março, foi uma criação da Social-Democracia Internacional, que também fermentou, em larga escala, as liberdades de organização partidária, sindical e de imprensa. Infelizmente, depois das revoluções russas, o comunismo soviético, com seu vezo estatista, militarizado e catastrófico, hegemonizou largamente as esquerdas comprometidas com transformações sociais e as fez perder de vista, ou minimizar, o programa das liberdades individuais. Também é necessário lembrar que as pautas dos direitos das mulheres, dos homossexuais, da luta contra o racismo, desde os anos 1960, não se originaram nas correntes liberais, mas de movimentos sociais autônomos em relação ao Estado e aos partidos políticos – de direita, de centro e de esquerda. Em escala mundial, e também aqui no Brasil, esquerdas alternativas ao “exemplo soviético” e ao “socialismo do século XX” têm assumido com coragem e determinação as causas das liberdades individuais.

Feitas essas ressalvas, penso que é possível, sim, um liberalismo de esquerda, e até mesmo um liberalismo social, na linha defendida por Norberto Bobbio e por outros políticos e pensadores europeus e estadunidenses. ❧



Hospital das Clínicas/UFPE



Área de convivência do CAC/UFPE